



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 498/26

Realizada a pesquisa, sobre a matéria em questão foi localizado:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.
- Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.
- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências.
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e institui instrumentos destinados à regularização fundiária, à urbanização de assentamentos precários e à garantia da função social da cidade e da propriedade.
- Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.
- Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico.
- Lei Federal nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e trata da prevenção e da redução de riscos de desastres.
- Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), que estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas.
- Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana – Reurb, a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e institui mecanismos para a regularização de núcleos urbanos informais.
- Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989.
- Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC.
- Lei Estadual nº 16.050, de 18 de dezembro de 2015, que institui a Política Estadual de Habitação de Interesse Social e reorganiza o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dispõe sobre as políticas urbana, habitacional e ambiental e sobre o desenvolvimento local e a promoção da função social da cidade.
- Lei Municipal nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, que instituiu o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, posteriormente revogada e substituída pela Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014.
- Decreto Municipal nº 45.959, de 6 de junho de 2005, que cria o Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Economia Sustentável.
- Lei Municipal nº 14.887, de 5 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA, dispõe sobre seu quadro de cargos de provimento em comissão e confere nova disciplina ao CADES, ao CONFEMA, ao FEMA, ao Conselho Consultivo da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz e ao Conselho Regional de Meio Ambiente e Cultura de Paz, entre outras providências.
- Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Decreto Municipal nº 50.866, de 21 de setembro de 2009, que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia.
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 57.377, de 11 de outubro de 2016, que regulamenta a Política Municipal de Habitação.
- Lei Municipal nº 16.802, de 17 de janeiro de 2018, que altera o art. 50 da Lei Municipal nº 14.933/2009 e dispõe sobre o uso de fontes motrizes de energia menos poluentes e menos geradoras de gases de efeito estufa na frota de transporte coletivo urbano do Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 58.289, de 26 de junho de 2018, que aprova o Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR.
- Lei Municipal nº 17.202, de 16 de outubro de 2019, que institui a Política Municipal de Mudança do Clima de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.262, de 13 de janeiro de 2020, que institui o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 60.290, de 4 de junho de 2021, que institui o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo – PlanClima SP.
- Lei Municipal nº 17.734, de 11 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o Plano Municipal de Habitação – PMH.
- Decreto Municipal nº 63.698, de 27 de agosto de 2024, que aprova a Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo e dispõe sobre a aplicação do caput do art. 1º-A da Lei Municipal nº 10.734, de 30 de junho de 1989, aos débitos que especifica.
- Lei Municipal nº 18.223, de 9 de janeiro de 2025, que institui o Programa de Certificação de Impacto Social Paulistano para empresas e organizações do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 18.225, de 15 de janeiro de 2025, que altera o caput e os incisos III e IV do § 6º do art. 50 da Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

2009, com a redação conferida pela Lei Municipal nº 16.802, de 17 de janeiro de 2018, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 18.504, de 18 de junho de 2026, que dispõe sobre o Programa Vagas Verdes nas vias do Município de São Paulo e dá outras providências.
- PL 517/2026 Institui a Política Municipal de Cidade Esponja e Infraestrutura Verde-Azul no Município de São Paulo, estabelece diretrizes para o manejo sustentável das águas pluviais, prevenção de enchentes, mitigação de ilhas de calor e adaptação climática, e dá outras providências
- PL 887/2025 Institui o Plano Municipal de Justiça Climática e de Cidade Verde do Município de São Paulo.
- PL 678/2025 Institui o Programa de Justiça Climática para Periferias e Favelas no município de São Paulo e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 29 de julho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 155.068